

12. Terra - São Paulo - SP (07/03/2007)

Ministro: "tortura vingativa" de policiais criou o PCC

Yala Sena

Direto de Teresina

Ao lançar o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura, em Teresina (PI), o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, afirmou nesta quarta-feira que a "tortura vingativa" praticada por policiais para castigar criminosos favoreceu o surgimento de facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o crime organizado no País.

O ministro afirmou que as principais formas de torturas denunciadas atualmente acontecem nas prisões, delegacias, durante os processos de investigações policiais, no flagrante e de forma punitiva dentro das delegacias e dos presídios. Paulo Vannuchi destacou que o mais grave neste tipo de crime é que as autoridades policiais, muitas vezes, atuam como uma espécie de "juiz que condena e executa a pena".

"Esse tipo de tortura (a que se vinga, devido à impunidade) fortalece o crime, pois veja o caso do PCC, de São Paulo. A facção criminosa nasceu em Tremembé, uma prisão no Estado de São Paulo, em que o diretor do presídio instituiu uma prática criminosa em que cada preso que chegasse era submetido a espancamentos por mais de 15 minutos", informou o ministro durante solenidade no Palácio de Karnak na presença do governador Wellington Dias (PT).

Paulo Vannuchi ressaltou que ainda prevalece um grande equívoco de que, se não houver a tortura ao preso, não há possibilidade da confissão dos delitos. "Na lei brasileira, não é necessário haver confissão para ter condenação", afirmou.

Ontem, o Piauí aderiu ao Plano de Combate à Tortura. Com a adesão, será criado um comitê estadual para monitoramento da execução do plano no Estado, que deverá ser integrado por membros do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Conselho Estadual de Direitos Humanos e Movimento Nacional dos Direitos e OAB.

Segundo o diretor de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Piauí, Alci Marcus, o plano objetiva sistematizar um conjunto de ações integradas para a prevenção da tortura. Ele disse que existe no Brasil uma "cultura de tolerância" à prática. "Digo isso porque no Judiciário costuma-se classificar os crimes de tortura como crimes de lesão corporal grave. Não se aplica a lei de tortura como de fato deveria ser", criticou.

Redação Terra